

OLHAR EM MOVIMENTO: A CAMINHOGRAFIA E A CONSTRUÇÃO VISUAL DA VIDA COTIDIANA

Moving look: pathwaygraphy and the visual construction of everyday life

William Gómez¹

Arleson Costa²

Resumo

Este artigo discute o uso da fotografia como fonte e objeto da análise sociológica da vida cotidiana, propondo a caminhografia como método investigativo. Essa abordagem articula deslocamento e registro visual para revelar dinâmicas urbanas invisíveis aos métodos tradicionais. Desenvolvida no grupo Cidade, vida cotidiana e imagem, da Universidade Federal de Pelotas, a caminhografia se apoia em referências como Lefebvre e José de Souza Martins para interpretar a cidade a partir de resíduos sociológicos. Com a expansão do mundo digital, as imagens tornam-se centrais na comunicação social, moldando percepções e comportamentos. A fotografia, aliada ao ato de caminhar, possibilita captar fluxos, interações e transformações espaciais, evidenciando aspectos sutis do cotidiano.

Palavras-chave: Caminhografia; Fotografia Sociológica; Vida Cotidiana; Dinâmicas Urbanas; Resíduos Sociológicos.

Abstract

This article discusses the use of photography as both a source and an object of sociological analysis of everyday life, proposing a pathwaygraphy as an investigative method. This approach combines movement and visual recording to reveal urban dynamics that remain invisible to traditional methods. Developed within the research group City, Everyday Life, and Image, at the Federal University of Pelotas, pathwaygraphy draws on references such as Henri Lefebvre and José de Souza Martins to interpret the city through sociological residues. With the expansion of the digital world, images have become central to social communication, shaping perceptions and behaviors. Photography, when combined with the act of walking, enables the capture of flows, interactions, and spatial transformations, highlighting subtle aspects of everyday life.

Keywords: Pathwaygraphy; Sociological Photography; Everyday Life; Urban Dynamics; Sociological Residues.

¹ Docente e pesquisador na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) desde 2006, atuando no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7212-8466>. E-mail: william.hector@gmail.com.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas. Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7439-7629>. E-mail: arleson.01@gmail.com.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as possibilidades, usos e limites da fotografia enquanto objeto de análise sociológica. A partir dessa perspectiva, propomos a caminhografia como um método de investigação que articula o deslocamento espacial ao registro visual, configurando-se como uma estratégia analítica para apreender as dinâmicas urbanas. Esta abordagem, desenvolvida no grupo Cidade, Vida Cotidiana e Imagem, da Universidade Federal de Pelotas, parte da premissa de que o ato de caminhar e capturar imagens é capaz de revelar aspectos invisíveis do funcionamento das cidades. Assim, propomos uma leitura interligada entre imagens e vida cotidiana, ancorada nas contribuições de Henri Lefebvre, que destaca a importância dos resíduos da vida social, e de José de Souza Martins, os elementos desprezados pelos olhares institucionais sobre a realidade urbana.

Autores como Gillian Rose oferecem referenciais centrais para compreender a relevância das imagens na pesquisa social. Rose (2016) delineia três linhas de análise visual: o conteúdo representado, o contexto de produção da imagem e as formas de recepção por parte das audiências. Gillian Rose é uma das principais autoras a sistematizar uma metodologia rigorosa para a análise de imagens no campo das ciências sociais. Rose propõe um quadro analítico que permite abordar as imagens não apenas como ilustrações, mas como construções culturais densas, atravessadas por relações de poder, práticas discursivas e processos de significação social.

Para ela, trata-se de observar a materialidade da imagem, mas também as representações simbólicas e narrativas ali contidas. Para Rose, este não é um olhar descritivo ingênuo, pois as imagens participam da produção de significados sociais, frequentemente reforçando ou desafiando estereótipos, ideologias e discursos hegemônicos.

Rose destaca que nenhuma imagem é neutra ou autônoma; ela é sempre o produto de práticas sociais, institucionais e tecnológicas específicas. Aqui, o pesquisador deve investigar as condições materiais e simbólicas da produção da imagem: Quem a produziu? Com quais intenções? Quais tecnologias ou técnicas foram utilizadas? Qual é a posição social do produtor da imagem? Esse eixo remete à ideia de que a fotografia, o vídeo ou qualquer

artefato visual é resultado de relações de poder e saber, o que exige uma análise crítica da autoria, da técnica e dos regimes de visibilidade.

Por último, ela desloca o foco do objeto-imagem para os processos de interpretação e recepção por parte do público. Rose enfatiza que as imagens não possuem significados fixos; elas são apropriadas, negociadas e reinterpretadas pelos sujeitos sociais a partir de suas próprias experiências, contextos culturais, de classe, gênero, raça etc. Esse eixo demanda uma atenção à multiplicidade de leituras e à disputa de sentidos que ocorre em torno das imagens no espaço público.

O mérito do trabalho de Rose é recusar uma visão simplista da imagem como mero reflexo da realidade. Sua abordagem é crítica e pós-estruturalista ao ressaltar como as imagens participam da construção das identidades, das hierarquias sociais e dos regimes de verdade. A análise visual, segundo Rose, deve articular constantemente o visível e o invisível, isto é, aquilo que a imagem mostra e aquilo que ela oculta ou naturaliza. Ainda que sua metodologia não seja originalmente voltada para práticas participativas, as ferramentas analíticas de Rose oferecem um suporte teórico robusto para pesquisas que buscam compreender como diferentes grupos sociais produzem e reconfiguram significados a partir de suas próprias imagens. Projetos como a "fotografia participativa" ou práticas de caminhografia crítica (Careri, 2014) podem dialogar diretamente com os eixos de Rose, ampliando o foco da imagem enquanto documento para a imagem enquanto prática social.

As perspectivas contemporâneas acerca da imagem na pesquisa social operam um deslocamento epistemológico fundamental: deixam de concebê-la como mera ilustração ou suporte visual para narrativas analíticas, para reconhecê-la como prática social dotada de materialidade, performatividade e intersubjetividade próprias. Tal reconfiguração rompe com a hierarquia entre texto e imagem, atribuindo a esta última um estatuto cognitivo ativo, capaz de produzir sentidos, tensionar regimes de visibilidade e instaurar modos de ver que escapam às categorias pré-estabelecidas do discurso sociológico. Nessa chave, a caminhografia emerge como um dispositivo metodológico que articula observação, deslocamento espacial e registro visual, promovendo uma imersão nos ritmos e microdinâmicas da vida cotidiana. Ao incorporar as

visualidades como operadores analíticos, a caminhografia potencializa a compreensão das práticas sociais em sua espessura sensível, aproximando-se dos debates mais recentes sobre a centralidade das imagens nos processos de construção e mediação do conhecimento sociológico.

Sob essa perspectiva, tanto a vida cotidiana quanto as imagens podem ser compreendidas como resíduos, no sentido lefebvriano, dos sistemas de poder que estruturam a modernidade e a própria sociologia. Vivemos em uma sociedade cuja produção e circulação de imagens se intensificou com a expansão do campo digital. Plataformas como Instagram e TikTok não apenas amplificaram o desejo de capturar e compartilhar imagens do cotidiano, mas também transformaram essas práticas em um elemento central das relações sociais contemporâneas. O cotidiano, uma vez marginalizado no campo da análise sociológica, reaparece, agora, mediatizado por dispositivos visuais que tornam cada gesto, espaço ou evento potencialmente visível.

A popularização dos *smartphones*, equipados com câmeras de alta qualidade, tornou o registro visual uma atividade cotidiana e quase automática. Fotografa-se de tudo: refeições, deslocamentos, paisagens urbanas, encontros triviais. Essa prática, ao ser compartilhada instantaneamente com audiências amplas, reconfigura não apenas as formas de interação social, mas também os modos de percepção e construção das narrativas sobre o cotidiano. O ciclo incessante de produção e consumo de imagens molda valores, comportamentos e expectativas, colocando em evidência uma visualidade que não apenas documenta, mas também constrói a realidade.

Neste contexto, o artigo propõe as seguintes questões: a fotografia pode documentar aspectos da vida social que escapam aos instrumentos tradicionais da pesquisa sociológica? Seria ela capaz de captar, de modo mais imediato e sensível, as contradições e pluralidades do cotidiano urbano? De que maneira a caminhografia, ao integrar deslocamento físico e registro visual, amplia a capacidade de apreender as dinâmicas sociais no fluxo da cidade? Quais nuances da vida urbana, ocultas aos métodos convencionais, podem ser reveladas através do ato de fotografar em movimento? A caminhografia, ao transitar pelos ritmos, trajetórias e interações dos espaços urbanos,

apresenta-se como uma lente investigativa capaz de captar as microdinâmicas e contradições que estruturam o tecido social das cidades, oferecendo uma alternativa metodológica para uma sociologia da imagem que busca compreender o visível-resíduo da vida cotidiana.

Não se pretende oferecer respostas definitivas ou receitas metodológicas, mas sim chamar a atenção para a necessidade de tratar as imagens como fontes legítimas de conhecimento sociológico, que não devem ser relegadas a um papel ilustrativo ou utilizadas de forma limitada para explicar o mundo social. Nesse sentido, a caminhografia potencializa o ato de “olhar as imagens” ao deslocar o próprio pesquisador pelo ambiente de forma contínua e sensorial. Por meio de caminhadas planejadas ou espontâneas, é possível identificar situações fugazes, interações entre atores sociais, pequenos comércios de rua, grafites, variações no uso do espaço público, e capturá-las fotograficamente. Em vez de buscar cenas excepcionais, como faz o fotojornalismo, a caminhografia volta-se para o ordinário, revelando, na repetição dos gestos cotidianos, as contradições e tensões que estruturam a vida urbana. Trata-se, portanto, de um enfoque metodológico alinhado à ideia de “resíduos sociológicos”, ao dar visibilidade a vestígios e detalhes que escapam às abordagens tradicionais.

A caminhografia propõe uma imersão do pesquisador nos ritmos urbanos através do caminhar e fotografar simultaneamente. Diferentemente de um levantamento estático ou de registros centrados em eventos excepcionais, valoriza-se a repetição e a banalidade, pois é nos detalhes marginais e invisíveis que as contradições sociais emergem. Gillian Rose (2016) destaca que a análise visual não se limita à descrição das imagens, devendo incorporar a análise das condições de produção, circulação e das práticas de olhar que moldam a recepção das imagens.

No contexto contemporâneo, a caminhografia se configura como uma reinterpretação crítica do conceito de *flâneur*, proposto por Walter Benjamin. O *flâneur* do século XIX era um observador anônimo, imerso na multidão, cuja deambulação descompromissada refletia as ambivalências da modernidade e do consumo. Na contemporaneidade, como analisa Gabriela Freitas (2020), as práticas artísticas do caminhar deslocam essa figura contemplativa para uma

abordagem participativa, em que o caminhar assume um caráter político e coletivo. A caminhografia propõe uma prática investigativa que combina deslocamento, sensorialidade e produção visual, articulando uma cartografia subjetiva dos espaços urbanos. Ao contrário da *flânerie* clássica, vinculada à contemplação burguesa, a caminhografia reivindica o espaço urbano como território de resistência simbólica, onde o caminhar não é apenas um ato de observação, mas uma forma de intervenção e de produção de conhecimento.

Inspirados na análise visual de Rose (2016), podemos dizer que o procedimento metodológico da caminhografia compreende: (a) definição dos percursos a partir de critérios como intensidade de fluxos, presença de atividades informais e marcas visuais urbanas; (b) realização de caminhadas em diferentes horários e dias para captar variações rítmicas; (c) registro visual com *smartphones*, buscando ângulos que evidenciem interações, fluxos e resíduos urbanos; e (d) análise posterior das imagens, articulando categorias prévias (espaço, interação, consumo, resistência). A inclusão do caminhar como procedimento investigativo amplia a percepção do pesquisador, favorecendo uma escuta sensível do território e a captação de micro acontecimentos invisíveis.

Freitas (2020) enfatiza que, nas práticas artísticas contemporâneas, o ato de caminhar transforma-se em um instrumento estético capaz de descrever e modificar as dinâmicas metropolitanas, não a partir de projetos rígidos, mas de experiências que emergem da interação entre corpo, espaço e imagem. O conceito de topologia imaginária, proposto por Freitas, é central para essa abordagem, ao destacar como os deslocamentos físicos e simbólicos do caminhar produzem imagens e sentidos que transitam entre o real e o imaginário, entre o visível e o vivido.

No âmbito da caminhografia como método sociológico, essa concepção se amplia para uma prática de investigação dos "resíduos urbanos" (Lefebvre, 1967), em que o ato de caminhar e fotografar transforma-se em dispositivo para revelar camadas ocultas da vida cotidiana. A utilização de *smartphones* pelos próprios participantes da pesquisa, por exemplo, ressignifica a produção de imagens, promovendo uma coparticipação no processo de construção do olhar sociológico sobre a cidade. Essa abordagem participativa rompe com a

centralidade do olhar autoral do pesquisador, permitindo a emergência de múltiplas perspectivas e narrativas visuais sobre os espaços urbanos.

Assim, a caminhografia dialoga diretamente com os campos expandidos da fotografia e do cinema, conforme proposto por Freitas (2020), ao transcender os limites técnicos do ato fotográfico e se articular com práticas de *performance*, instalação e deriva urbana. Essa abordagem metodológica reforça o potencial da imagem como reveladora do não dito e do invisível, uma vez que a produção visual em movimento permite captar nuances, fluxos e interações que escapam às lentes dos métodos tradicionais de pesquisa sociológica.

Como exemplo empírico, um exercício de caminhografia realizado em Pelotas (RS) revelou práticas de resistência invisíveis aos métodos tradicionais de pesquisa urbana. Por meio do registro sistemático de fachadas degradadas, pichações e pequenos comércios de rua, foi possível mapear a transformação dos usos de um mesmo espaço: uma esquina que pela manhã funcionava como zona de passagem, tornava-se ponto de encontro juvenil à noite, e aos fins de semana abrigava um comércio informal. Essa observação, mediada pela fotografia, evidencia o caráter polirrítmico da cidade (Lefebvre, 2021), revelando dinâmicas que seriam imperceptíveis em abordagens exclusivamente estatísticas ou descritivas.

Observar a vida cotidiana exige um "treinamento do olhar" para reconhecer que o que parece monótono e repetitivo é, na verdade, um campo fecundo de contradições e significados ocultos. A profundidade não está nas grandes explicações, mas no modo de ver o que é trivial. O cotidiano, enquanto espaço vivido, está em constante observação por parte dos sujeitos, mas a sociologia precisa ir além da visão imediata, superando a dicotomia entre o aparente e o profundo.

A caminhografia, inspirada nas derivas situacionistas (Lefebvre, 1997) e nas cartografias subjetivas de Deleuze e Guattari (2012), amplia o conceito de mapa, não apenas como representação técnica, mas como experiência subjetiva e encarnada do espaço. Ao caminhar e fotografar, o pesquisador acede a camadas invisíveis do cotidiano, interpretando a cidade como um espaço de tensões e transformações.

A repetição, elemento central da vida cotidiana, é frequentemente desprezada tanto pelos sujeitos comuns quanto pelos pesquisadores, que tendem a se prender a categorias e teorias consagradas. Contudo, como afirma Lefebvre (1976), a vida cotidiana não é só repetição; nela residem também as possibilidades de novidade e transformação. A modernidade é atravessada por uma tendência à permanência, em que a ordem se impõe sobre o progresso, e essa tendência se manifesta tanto na vida social quanto na própria produção acadêmica. O risco é que a repetição teórica se torne um obstáculo epistemológico, limitando o potencial crítico da pesquisa sociológica.

A fotografia, nesse contexto, representa um campo a ser explorado pela sociologia como ferramenta de revelação das contradições e fetichismos que permeiam a vida cotidiana. Muitas vezes, os cientistas sociais negligenciam as possibilidades interpretativas oferecidas pelas imagens, em um mundo saturado por enigmas visuais. O sujeito comum se satisfaz com a imagem que projeta de si e de seu entorno, teatralizando cotidianamente sua própria existência. As redes sociais intensificaram esse processo, transformando o compartilhamento de imagens pessoais em uma prática de construção de identidade, em que o valor estático da aparência prevalece sobre o conteúdo.

Na vida cotidiana, somos simultaneamente produtores, reprodutores e consumidores de imagens que representam e medeiam as relações sociais. Essas imagens fazem parte de um conhecimento imediato e compartilhado, um senso comum que não deve ser desprezado, mas problematizado. As distorções provocadas pela imediatez da visualidade podem mutilar o sujeito de seu protagonismo social, ao transformá-lo em mero espectador de sua própria história. Cabe ao sociólogo revelar as fissuras que tensionam a vida cotidiana entre a repetição e a possibilidade de transformação.

Não é por acaso que o Maio de 68 reivindicava a revolução no e pelo cotidiano. Em texto pouco conhecido, Trotsky (2015) alertava para as contradições entre o revolucionário da rua e o conservador do lar, afirmindo que "o modo de vida é terrivelmente conservador". Lefebvre (1976) reforça essa tensão ao destacar que o vivido é opaco, cego e cálido, em contraposição ao concebido, que é diáfano e frio. A relação dialética entre vivido e concebido é

central para compreender as ambiguidades da modernidade inconclusa, marcada pela proliferação incessante de imagens.

As fotografias antigas, guardadas como tesouros em comunidades tradicionais, são testemunhas silenciosas de uma sociabilidade em vias de extinção, onde a modernidade se mescla com tradições em crise permanente. A caminhografia, ao propor a fotografia em movimento como ferramenta investigativa, oferece à sociologia um caminho para compreender essas ambivalências, resgatando o potencial crítico da imagem como dispositivo de conhecimento.

As imagens do cotidiano são o ponto de encontro entre o vivido e o concebido. No entanto, há uma predominância da experiência sensível sobre a reflexão conceitual. O que foi concebido, elaborado teoricamente, permanece oculto, latente, mas é justamente nas fissuras do aparente que o olhar sociológico pode desvelar alienações e obstáculos à consciência social. O cotidiano, terreno permeado de prenóções, é onde se realiza a primeira interpretação do social, ainda embrionária e marcada pelo senso comum. Cabe ao sociólogo transitar desse conhecimento imediato para um saber crítico e emancipador, capaz de romper as amarras da repetição. Mas essa transição não é isenta de contradições: o próprio pesquisador, imerso no mundo social, carrega consigo preconceitos, muitas vezes sem plena consciência de sua influência sobre o processo investigativo.

Não há soluções mágicas no uso das imagens ou do imaginário para desvendar a realidade social. A fotografia enfrenta os mesmos desafios que a palavra, os discursos e as fontes históricas: o silêncio, o não dito, as ocultações e os esquecimentos. Tanto imagens quanto dados tradicionais estão sujeitos a múltiplas interpretações, condicionadas pelos contextos históricos, institucionais e sociais. Por isso, a fotografia é sempre uma construção social – seja do pesquisador, seja da comunidade que lhe atribui significado.

Ainda é incerto se podemos falar de uma “sociologia visual” como campo consolidado, mas é inegável a necessidade de tomar a imagem como objeto legítimo de investigação sociológica. Como afirma Becker (2015), é fundamental dissipar a confusão entre o trabalho do sociólogo e o do

fotojornalista que documenta eventos dramáticos, como guerras e catástrofes. A linha que separa fotojornalismo e sociologia visual é tênue, mas essencial. O fotojornalista, exemplificado por Robert Capa, busca a proximidade do acontecimento para capturar imagens impactantes; já o sociólogo deve se aproximar criticamente, interrogando os significados subjacentes ao que se vê.

Enquanto o fotojornalismo se volta para eventos extraordinários, a caminhografia propõe uma imersão no ordinário, no tecido trivial da vida cotidiana. O sociólogo que caminha e fotografa revela as sutilezas que escapam ao olhar apressado, não buscando o sensacionalismo da imagem, mas sim os ritmos, percursos e sociabilidades que dão forma ao dia a dia. A proximidade, nesse caso, não é apenas física, mas exige uma construção de familiaridade com os espaços e sujeitos observados.

Historicamente, o fotojornalismo ocupou um espaço de registro dos problemas sociais antes que a sociologia se apropriasse criticamente das imagens. Essa tradição nos leva a refletir sobre as distinções entre um registro de caráter documental, destinado ao consumo do senso comum, e uma abordagem sociológica que busca interpretar as contradições da modernidade capitalista a partir das imagens. No Brasil, a sociologia visual ainda é um campo incipiente, ao contrário da antropologia visual, que já conta com grupos de pesquisa consolidados, como o NAVISUAL (UFRGS) e o LEPPAIS (UFPEL).

A sociologia, herdeira do positivismo durkheimiano, tem resistido à incorporação das imagens como fonte legítima de conhecimento, tratando-as, em geral, como recursos ilustrativos ou didáticos. Becker (2015) aponta essa limitação ao afirmar que muitos sociólogos enxergam o uso de fotografias como uma concessão retórica aos gostos do público, em detrimento da científicidade. No entanto, autores como José de Souza Martins propõem uma ruptura com essa visão restritiva, ao defender a fotografia como documento sociológico, capaz de captar a temporalidade curta do cotidiano, em contraste com as análises dos grandes processos históricos.

Martins (2008) não idealiza a fotografia; pelo contrário, alerta para suas limitações e para o risco de uma visão ingênua sobre seu potencial analítico. Ele ressalta que tanto as imagens quanto as entrevistas e os

depoimentos verbais carregam disposições subjetivas, sendo atravessados pelas interpretações pré-sociológicas dos próprios sujeitos e dos pesquisadores. É nas margens dessas subjetividades que reside o potencial crítico da imagem. O conceito de “resíduos sociológicos”, inspirado em Lefebvre, remete justamente a essas partículas do cotidiano que escapam às abordagens tradicionais e que se tornam visíveis através de uma observação atenta aos silêncios, omissões e detalhes.

Exemplos como o de Ester Cohen, que distribuiu câmeras a imigrantes pobres para que registrassem seu cotidiano, mostram como a participação ativa dos sujeitos pode revelar aspectos ocultos da realidade social, invisíveis ao olhar externo do pesquisador ou do fotógrafo profissional. Bourdieu (2006), por sua vez, ao analisar as fotografias de famílias camponesas, demonstrou como a prática fotográfica reafirma valores tradicionais e como o olhar fotográfico é condicionado pelas estruturas de classe.

A caminhografia, nesse sentido, representa uma prática metodológica que busca romper com a unilateralidade da captura da imagem, promovendo a participação dos próprios sujeitos da pesquisa, seja por meio de câmeras, seja através do uso dos *smartphones*. Trata-se de deslocar o foco das imagens cerimoniais e espetaculares para os processos cotidianos, de deslocamento e interação, onde se constroem os significados sociais.

Martins destaca que a fotografia não é apenas uma ilustração ou técnica auxiliar, mas parte constitutiva da realidade social, simultaneamente objeto e sujeito. Contudo, também aponta os perigos da alienação visual, típica das sociedades contemporâneas, em que a imagem se separa do sujeito e constrói uma realidade paralela, desumanizante. Questões como a possibilidade de uma “alfabetização fotográfica”, ou seja, a capacitação crítica para interpretar fotografias, são desafios abertos à reflexão sociológica.

Por fim, a sociologia visual – e, particularmente, a caminhografia – convida a uma prática investigativa que ultrapassa a visão simplista da imagem como mero complemento ilustrativo. Fotografar o cotidiano é um exercício de interpretação das contradições sociais, um mergulho nos resíduos e ambiguidades que constituem a vida social. A fotografia não deve ser vista como um dado bruto ou uma prova visual autoevidente, mas como um campo

de significações que exige do sociólogo um olhar atento, criativo e crítico. A caminhografia, portanto, não se propõe como técnica neutra, mas como um gesto investigativo que exige do pesquisador um engajamento ético e reflexivo com os ritmos e silêncios da vida cotidiana.

Referências

- BECKER, Howard. **Para hablar de la sociedad**: la sociología no basta. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociología Política**, n. 26, p. 31-39, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782006000100004>
- CARERI, Francesco. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: Ed. Gustavo Gili, 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia Vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 2012.
- FREITAS, Gabriela. Reconfigurações do conceito de *flâneur* pelas práticas artísticas do caminhar na artemídia contemporânea. **Acta poética**, v. 41, n. 2, p. 131-148, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. **Metafilosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- LEFEBVRE, Henri. **Tiempos equívocos**. Barcelona: Editorial Kairós, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **Henri Lefebvre y los situacionistas**. Entrevista concedida a Revista October, 79, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. **Elementos de ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades**. Tradução de Flávia Martins e Michel Moreaux. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ROSE, Gillian. **Visual Methodologies**: An Introduction to Researching with Visual Materials. Londres : Sage Publications, 2016.
- Trotsky, León. **Problemas de la vida cotidiana**. Valencia: Edicions Internacionals Sedov, 2015. <https://www.marxists.org/espanol/trotsky/eis/escritos/index.htm>